



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROCQUE
CÂMARA LEGISLATIVA MUNICIPAL

FOLHA DE PARECER

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

PARECER Nº 001/2025

ESPÉCIE: Projeto de Lei nº 002/2025, de 20 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a unificação de matrícula dos profissionais da Educação Básica do Município de Senador La Rocque, Estado do Maranhão, e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo

À consideração desta Comissão é submetido o presente processo, sobre o qual oferecemos o seguinte parecer:

RELATÓRIO

O presente parecer destina-se a analisar o Projeto de Lei nº 002/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que propõe a unificação das matrículas dos professores da rede pública municipal de educação básica. O parecer jurídico nº 003/2025 já recomendou a aprovação do projeto, destacando sua conformidade com as normas legais e constitucionais.

Compete a esta comissão emitir parecer quando a matéria debatida se refere à Educação, Saúde e Ação Social no Município de Senador La Rocque -MA, conforme Art. 39 do Regimento Interno desta casa de leis.

É em síntese o necessário.



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROCQUE
CÂMARA LEGISLATIVA MUNICIPAL

DO PARECER

II. Fundamentação Jurídica

Constitucionalidade: O Projeto de Lei está em conformidade com o Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988, que permite a acumulação de cargos públicos na área da educação, desde que haja compatibilidade de horários. A proposta de unificação respeita essa diretriz ao permitir a fusão de matrículas sem exceder a carga horária permitida.

Legalidade: O projeto atende aos princípios da administração pública, como a legalidade, eficiência e economicidade, ao propor a unificação de matrículas, o que pode resultar em uma gestão mais eficiente dos recursos humanos e financeiros da educação municipal.

Competência de Iniciativa: Conforme a Lei Orgânica do Município de Senador La Rocque, a iniciativa de leis que tratam da organização dos serviços públicos municipais, incluindo a gestão de pessoal, é de competência do Poder Executivo. O Prefeito Municipal, ao enviar este projeto de lei, exerce sua competência para propor alterações que visam à melhoria da administração pública municipal.

Direitos dos Servidores: A proposta assegura a manutenção das vantagens e gratificações já adquiridas pelos professores, conforme previsto no Estatuto do Magistério Municipal, garantindo que não haja prejuízos financeiros para os servidores que optarem pela unificação.



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROCQUE
CÂMARA LEGISLATIVA MUNICIPAL

III. Análise do Projeto de Lei nº 002/2025

Impacto na Educação: A unificação das matrículas visa otimizar a alocação de professores, permitindo uma distribuição mais eficiente do corpo docente nas escolas municipais. Essa medida pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, ao assegurar que os professores tenham uma carga horária consolidada e estejam plenamente dedicados às suas funções.

Benefícios para os Professores: A proposta de unificação oferece aos professores a oportunidade de consolidar suas matrículas, o que pode resultar em maior estabilidade e previsibilidade em sua carreira, além de garantir a manutenção de seus direitos adquiridos.

Eficiência Administrativa: A medida facilita a gestão de pessoal pela Secretaria Municipal de Educação, permitindo ajustes nas lotações de acordo com as necessidades do serviço público, e promove a eficiência administrativa.

IV. Voto do Relator

O relator, após análise detalhada do Projeto de Lei nº 002/2025 e do parecer jurídico favorável, vota pela aprovação do projeto. O relator destaca que a unificação das matrículas é uma medida benéfica para a educação municipal, pois promove uma gestão mais eficiente dos recursos humanos e contribui para a melhoria da qualidade do ensino.

V. Voto da Comissão



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROCQUE
CÂMARA LEGISLATIVA MUNICIPAL

A Comissão de Educação, Saúde e Ação Social, composta pelos membros abaixo assinados, após discussão e análise do projeto e do parecer jurídico, vota unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 002/2025. A Comissão entende que o projeto é constitucional, legal e atende aos princípios de eficiência e responsabilidade na gestão pública, além de promover benefícios significativos para a educação municipal.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Senador La Rocque, 23 de janeiro de 2025.

Ozima Cury-Rad Melo
PRESIDENTE

Antônio Santos Silva
RELATOR

Paloma Rosa da Silva Coimbra
MEMBRO